

Curitiba/PR, 04 de novembro de 2025.

IMPRENSA NACIONAL/DF

Pregão Eletrônico nº 90007/2025

A **ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, através de seu representante legal, devidamente credenciados no certame em tela, vem, mui respeitosamente, apresentar esclarecimentos frente ao pedido de diligências, conforme destacado abaixo:

“COMPROVAÇÃO RAT”

Conforme documento anexo, informamos que, em março de 2024, a empresa mudou o FGTS para a plataforma do FGTS DIGITAL, onde esta substitui os sistemas SEFIP/GRRF/Conectividade Social.

Diante desta mudança, encaminhamos anexo, documento retirado do eSocial, onde é possível a visualização da alíquota RAT.

“VALE TRANSPORTE”

Estamos ciente e afirmamos que nossos custos estão de acordo com a realidade da empresa.

Cite-se preliminarmente que a empresa Orbenk possui mais de 39 anos de fundação e funcionamento, sendo que atualmente emprega mais de 26 mil funcionários nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e outros Estados do Brasil.

Já há, portanto, uma estrutura operacional consolidada para operacionalização dos serviços, contemplando a logística adequada para transporte dos colaboradores, quando necessário.

Desta forma, com base no exposto e na expertise da empresa em relação à prestação dos serviços, **projetamos um custo médio de deslocamento dos colaboradores**, entendendo ser o suficiente para execução do contrato.

Ademais, estamos cientes que, caso haja necessidade, **o valor a ser repassado aos funcionários será aquele utilizado em cada município de prestação do serviço.**

“UNIFORMES/EPI'S”

Considerando o porte da empresa Orbenk, que conta atualmente mais de 26.000 colaboradores, o volume de aquisições é superior ao de muitas empresas no mercado, o que confere a ela um excelente poder de barganha para manutenção de estoques, os quais além conduzir a economia de seus custos, possibilitam a oferta de valores mais competitivos em suas propostas de preços.

Importante ressaltar que os valores de uniformes relacionados nas planilhas da empresa não apresentam qualquer irregularidade, visto que orçados de acordo com a realidade da empresa para manutenção dos estoques que hoje possui, estoque esse que pode ser verificado no balanço patrimonial anexo, com saldo de R\$ 2.249.561,08.

Desta forma, declaramos que nossos valores utilizados são suficientes para execução do contrato.

“PERCENTUAIS DE TAXA ADM E LUCRO”

Os custos relativos as despesas indiretas para a contratação de serviços, tais como lucro, taxa de administração são rubricas que compõe o BDI – Benefícios e Despesas Indiretas. É preciso fazer referida distinção (serviços e engenharia), ao passo que o BDI para licitações de construção envolve os custos da obra contratada para cobrir as despesas indiretas que tem o licitante, inclusive a remuneração, mais o risco do empreendimento, as despesas financeiras incorridas, os tributos incidentes na operação, eventuais despesas de comercialização, o lucro do empreendedor e o seu resultado. Diferente das licitações de engenharia, portanto, as licitações que envolvem serviços o preço atinente ao BDI contempla, atualmente, apenas o lucro e a taxa de administração, ao passo que as despesas relativas à remuneração e tributos são lançadas em campo próprio. A taxa de administração representa as despesas relativas à implantação e fiscalização do contrato, trata-se, em verdade, do custeio indicado pelo particular dos valores correspondentes a estrutura administrativa necessária para a boa execução do contrato, sendo considerado pelo licitante, por óbvio, sua estrutura operacional já estabelecida. Já o lucro como se presume da própria denominação da rubrica, representa o proveito econômico pretendido pelo licitante. Nos termos do que asseverado pelo relator do Acórdão 325/2007-Plenário do Tribunal de Contas da União, as despesas relativas ao lucro estão estritamente vinculadas a realidade da empresa, inclusive do seu nível de agressividade, suas pretensões de mercado, formação de fluxo de caixa e outras circunstâncias:

Dependendo da escolha da estratégia comercial, a empresa pode ser bem agressiva na proposta de preços, relegando a segundo plano o retorno do investimento considerado para o contrato ... As motivações para perseguir o sucesso em uma licitação em detrimento da remuneração possível pela execução da obra variam: a empresa pode estar interessada na obra específica por sinergia com suas atuais atividades; pode haver interesse em quebrar barreiras impostas pelos concorrentes no mercado ...; pode haver interesse em incrementar o portfolio de execução de obras da empresa; pode haver interesse na formação de um novo fluxo de caixa advindo do contrato ... Esses exemplos podem traduzir ganhos indiretos

atuais para empresa ou mesmo ganho futuro, na ótica de longo prazo para o mercado. Assim, é possível que empresas atuem com margem de lucro mínima em propostas para concorrer nas contratações ..., desde que bem estimados os custos diretos e indiretos.

Por fim, destacou o relator, “não há norma que fixe ou limite o percentual de lucro das empresas”, de forma que “atuar sem margem de lucro ou com margem mínima não encontra vedação legal, depende da estratégia comercial da empresa e não conduz, necessariamente, à inexecução da proposta.”.

Nesse mesmo sentido outros julgados da Corte de Contas da União em que se afasta a aplicação de critérios mínimos relativos ao lucro, ou a gerência da Administração Pública sobre referidas rubricas.

A proposta de licitante com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro não conduz, necessariamente, à inexequibilidade, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa. A desclassificação por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, após dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Acórdão 3092/2014-Plenário Data da sessão 12/11/2014 –Relator BRUNO DANTAS

“MEMÓRIA DE CÁLCULO – AVISO PRÉVIO TRABALHADO e AVISO PRÉVIO INDENIZADO”

Para maior transparência, segue abaixo a memória de cálculo referente as rubricas de AVISO PRÉVIO TRABALHADO e AVISO PRÉVIO INDENIZADO:

AVISO PRÉVIO TRABALHADO:

A rubrica supracitada refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT.

A cada ano da prorrogação do contrato poderá haver variação do percentual para até 10% (0,19%), relativos aos 03 dias de aviso acrescidos a cada anualidade de contratação do empregado, considerando que a Lei n.º 12.506/2011 regulamentou o aviso prévio proporcional previsto no inciso XXI, do art. 7º da Constituição Federal.

Desta forma realizamos o cálculo do aviso prévio trabalhado durante toda vigência contratual, contemplando as variações do contrato.

A provisão representa:

$$(((7/30)/12)) \times 100 = 1,94\%;$$

$$(((7/30)/12) \times 0,1) \times 100 = 0,194\%$$

AVISO PRÉVIO INDENIZADO:

Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com a realidade da empresa, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho.

$$\text{Cálculo } ((1/12) \times 0,01) \times 100 = 0,08\%$$

“REGULARIDADE DAS ALÍQUOTAS DE PIS E COFINS”

Com relação as EFD's, estamos encaminhado em anexo, o período compreendido entre setembro/2024 e agosto/2025.

Conforme regramento da Receita Federal, o prazo de entrega da EFD, qual seja, poderá ser até o 10º dia útil do 2º mês subsequente, ou seja, a EFD de setembro/2025, poderá ser entregue até o 10º dia útil de novembro/2025; e a EFD de outubro/2025, até o 10º dia útil de dezembro/2025.

Para demonstrar transparência, segue imagem abaixo, retirada do site oficial <http://sped.rfb.gov.br/pastaperguntas/show/276>, comprovando o regramento.



Com base no exposto, os percentuais estabelecidos nas planilhas de custos cabem única e exclusivamente a empresa, estando ciente e exequível frente as obrigações.

Ex positis, resta demonstrada a legalidade da proposta apresentada, requerendo-se desde já o acolhimento da mesma, tendo em vista que os valores previstos em planilha estão de acordo com a realidade da empresa, sendo que a ORBENK se compromete a executar o objeto da presente contratação, informando que sua planilha de custos contemplam todas as despesas necessárias, inclusive despesas relativas a mão de obra, insumos e encargos, despesas de administração e lucro do contrato, responsabilizando-se por sua composição, consoante orienta os órgãos fiscalizadores.

Atenciosamente,

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 79.283.065/0003-03